

# Setor público reduzirá déficit em Cr\$ 1 trilhão

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O governo está determinado a reduzir em pelo menos Cr\$ 1 trilhão o déficit do setor público federal, que em 1982 foi estimado em Cr\$ 2,95 trilhões, considerando a conta consolidada dos orçamentos da União, monetário e das estatais. Com esse corte, a relação entre o déficit e o PIB, estimado em 5,7% este ano, deverá situar-se entre 2,5% e 3,0%.

Para obter essa redução, que terá impacto direto nas contas externas, eliminando importações de matérias-primas, máquinas e equipamentos destinados às empresas estatais e a seus projetos em desenvolvimento, o governo agirá sobretudo no orçamento das estatais, que está sendo montado pela Sest.

A conta de resultado das empresas do governo, cujo déficit evoluiu de Cr\$ 1,694 trilhões em 1981 para uma estimativa otimista de Cr\$ 3,142 trilhões este ano, deverá sofrer forte pressão para retornar aos níveis do ano passado. A conta de resultados compreende a soma da poupança, e das receitas de capital, menos as despesas de capital, e a poupança é a comparação entre recursos correntes e despesas correntes.

Um dos mais importantes itens das despesas de capital é o investimento, fixado este ano pelo orçamento Sest em Cr\$ 2,866 trilhões, mas que facilmente ultrapassará os Cr\$ 3,0 trilhões. É neste item que incidirá o maior corte, o que provocará um retardamento de, no mínimo, um ano nos grandes projetos em andamento nos setores de siderurgia, transportes e hidroeletricidade. A intenção do ministro do Planejamento, Delfim Netto, é determinar uma redução de pelo menos US\$ 2,0 bilhões (aproximadamente Cr\$ 400 bilhões), nas importações líquidas das empresas estatais federais, obtendo, com a medida, a metade do superávit comercial que é necessário conseguir no próximo ano.

Este ano, o financiamento do déficit da conta de resultado das empresas estatais, de Cr\$ 3,142 trilhões, será em grande parte assumido pelo Tesouro, que destinará ao orçamento Sest nada menos de Cr\$ 1,456 trilhões, mais da terça parte do total da arrecadação federal.

Em 1983, de acordo com as afirmações do ministro do Planejamento, o quadro será bem diferente: a contribuição do orçamento fiscal para o orçamento das estatais será sensivelmente reduzida, destinando-se a maior parte dos recursos ao financiamento dos subsídios às exporta-

ções, que terão prioridade absoluta na estratégia de política econômica no próximo ano.

## EMPRESAS INSENSÍVEIS

Apesar da manifesta disposição do governo de reduzir os dispêndios globais das estatais no próximo ano, afetando não só investimentos, como importações e despesas de custeio, as empresas continuam enviando à Sest propostas de orçamentos muito altos, como se o País estivesse em um "mar de rosas" e não existisse a crise mundial e a dramática situação do balanço de pagamentos.

As estatais vinculadas ao Ministério das Minas e Energia — Petrobrás, Eletrobrás, CVRD, Nuclebrás, Caeab, CPRM, CNEN e Itaipu — encaminharam ao Ministério do Planejamento um orçamento de investimentos de Cr\$ 3,6 trilhões, correspondendo a um crescimento nominal de Cr\$ 2,0 trilhões em relação aos investimentos programados para este ano, de Cr\$ 1,6 trilhão.

Com exceção da Nuclebrás, que propôs para 1983 um nível de investimentos igual ao do ano passado — Cr\$ 109,320 bilhões —, todas as demais vinculadas mais do que duplicaram suas propostas. A Petrobrás pretende investir Cr\$ 1,475 trilhão, contra Cr\$ 559,767 bilhões previstos para este ano, enquanto a Eletrobrás, que investirá Cr\$ 329,869 bilhões em 1981, quer gastar Cr\$ 738,283 bilhões em 1983. A CPRM não fica atrás: contra Cr\$ 6,694 bilhões que pretende investir este ano, propõe Cr\$ 15,156 bilhões em 1983, e até Itaipu, que está em fase final de construção, devendo entrar em operação comercial no segundo semestre do próximo ano, deseja investir muito mais em 1983: Cr\$ 393,291 bilhões, comparados com Cr\$ 250,333 bilhões em 1982.

Tem-se como certo que o governo simplesmente recusará essas propostas, e até mesmo a Petrobrás terá de apresentar uma justificativa convincente para obter os recursos solicitados, apesar dos resultados positivos que ela vem obtendo na produção petrolífera, tornando viável a meta de produzir 500 mil barris diários a partir de 1985.

Ao invés de mais dinheiro, o governo exigirá das suas empresas menos gastos com o custeio administrativo e mais produtividade, além de um rigoroso acompanhamento do cronograma físico-financeiro das obras, para evitar a autorização de serviços sem a prévia disponibilidade dos recursos. Além disso, não permitirá que seus serviços sejam reajustados acima da taxa inflacionária de 1983.